



PROJETO DE LEI Nº 371/2025-GPM/NP

Câmara Mun. de Novo Progresso/PA

Aprovado por: MAIORIA ABSOLUTA 7x1

Data: 22 / 04 / 2025

Bury

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO PARA CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE NOVO PROGRESSO/PA — APRONOP PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO 31º FESTA DO PEÃO DE BOIADEIRO E FEIRA DE EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DE NOVO PROGRESSO/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Novo Progresso, Estado do Pará, faz saber que a Câmara Municipal de Novo Progresso, aprova e eu sanciono e público a seguinte de Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a Associação dos Produtores Rurais de Novo Progresso/PA - APRONOP (CNPJ/ME nº 23.064.561/0001-50), **na forma de contribuição financeira**, em apoio à realização do evento **‘31º Festa do Peão de Boiadeiro’ e Feira de Exposição Agropecuária de Novo Progresso/2025 - EXPONP.**

Parágrafo Único – O valor da contribuição financeira será de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais) e será destinado exclusivamente para a realização da festa.

Art. 2º. A celebração deste Convênio destinar-se-á a contribuir na organização, manutenção e realização do evento que ocorrerá nos dias 5 à 8 de junho do corrente ano, no Parque de Exposição Agropecuária de Novo Progresso, sob a responsabilidade do Associação dos Produtores Rurais de Novo Progresso/PA - APRONOP, sendo a influente exposição setorial da região do Estado.

§ 1º. A liberação dos recursos financeiros, dar-se-á em uma única parcela, conforme Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho, após a publicação do extrato do Termo de Convênio e Plano de Trabalho no Diário Oficial.

§ 2º. O repasse financeiro deverá observar as normas legais e orçamentárias, especialmente à Lei Complementar nº 101, de 2000 e ainda de acordo com a Lei nº 4.320, de 1964, sem prejuízo da necessidade de previsão em Lei Orçamentária ou em Créditos Orçamentários Adicionais, constantes em Projetos, Atividades ou Operações Especiais.



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO/PA



Art.3º. A liberação dos recursos financeiros se dará obrigatoriamente mediante a emissão de ordem bancária em nome do beneficiário, para crédito em conta individualizada e vinculada, em banco oficial sediado no município, e serão movimentados por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário.

§ 1º. Os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, que possuam previsibilidade de utilização posterior a 30 (trinta dias), serão obrigatoriamente aplicados pelo conveniente em caderneta de poupança de instituição financeira oficial.

§ 2º. Os rendimentos da aplicação financeira devem ser empregados no objeto ou devolvidos à concedente, conforme estabelecido no termo de ajuste, ficando sujeitos às mesmas regras de prestação de contas dos recursos transferidos.

§ 3º. É vedada a utilização dos recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.

§ 4º. É vedada a realização de transferências financeira em data posterior à da vigência do convênio ou instrumento congênere.

Art. 4º. O Instrumento de fomento deverá regulamentar a forma de prestação de contas, da seguinte forma:

§ 1º. Fica estabelecido que a prestação de contas deve ser apresentada dentro do prazo de execução, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do prazo de vigência do Termo e deverá ser apresentada pelo conveniente, nas pessoas de seu representante legal, conforme exigências estabelecidas no Convênio e no Plano de Trabalho regulamentadores do repasse.

§ 2º. A não apresentação de contas no prazo de definido no parágrafo anterior, ensejará na instauração de tomada de Contas Especiais.

§ 3º. A prestação de contas poderá ser encaminhada para o Ministério Público para acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.

§ 4º. Fica sob a responsabilidade do Poder Executivo, a criação de Comissão de Monitoramento e indicação de gestor, a fim de acompanhar o devido cumprimento de repasse solicitado no momento da prestação de contas, nos termos da Lei nº13.019/14.

§ 5º. Caso a prestação de contas não obtiver parecer positivo de ambas as casas, executivo e Legislativo, fica determinada a proibição de novos recursos a conveniada, até que a mesma preste as devidas contas, nos termos ajustados.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a remanejar as dotações



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO/PA



consignadas no orçamento, podendo abrir crédito suplementar ou especial, nos termos do Art. 43 da Lei Federal nº. 4.320/64 e suas posteriores alterações.

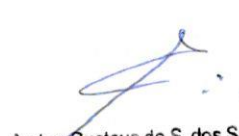
Art. 6º. O repasse financeiro tratado nesta Lei poderá ser regulamentado de forma complementar por Decreto Municipal, especialmente quanto os casos omissos.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

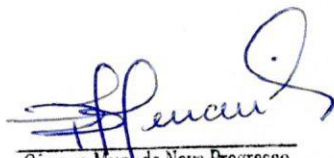
Art. 8º. A conveniada fica obrigada a estabelecer um dia com as portarias da Festa do Peão abertas ao público, necessariamente na sexta-feira.

Novo Progresso (Pa), 6 de março de 2025.


GELSON LUIZ DILL
Prefeito Municipal


Ayrton Gustavo de S. dos Santos
1º Secretário Câmara Municipal
Novo Progresso-Pá


Dirck Roberto da Silva
Presidente Câmara Municipal
Novo Progresso-Pá


Câmara Mun. de Novo Progresso
2º Secretário Designado



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO/PA



JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI

Excelentíssimos Vereadores,

A edição do presente Projeto de Lei tem por finalidade fomentar a 31ª Festa do Peão de Boiadeiro e a Feira de Exposição Agropecuária de Novo Progresso/PA – EXPONP, evento tradicional em nossa cidade e região e se justifica porque há interesse público envolvido, posto que fomenta o agronegócio, o comércio local e proporciona lazer e entretenimento à população, estando a festa inserida no calendário de eventos culturais municipais.

Nesse sentido, o presente projeto de lei tem como objetivo garantir a realização desse evento, por meio da concessão de uma contribuição financeira por parte do Poder Executivo.

Portanto, contamos com o apoio dos nobres vereadores para a aprovação deste projeto de lei, visando garantir a continuidade desses eventos importantes para a nossa cidade e região.

Novo Progresso (Pa), 6 de março de 2025.



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO/PA



MINUTA DE TERMO DE FOMENTO Nº /2025 - GPM/NP

**TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVO
PROGRESSO/PA E A ORGANIZAÇÃO
DA SOCIEDADE CIVIL 'ASSOCIAÇÃO
DOS PRODUTORES RURAIS DE NOVO
PROGRESSO/PA — APRONOP' PARA A
REALIZAÇÃO DA 31ª FESTA DO PEÃO
DE BOIADEIRO E FEIRA DE
EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA.**

Por este Instrumento, em que figura de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVO PROGRESSO/PA - PREFEITURA MUNICIPAL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Travessa Belém, nº768, Jardim Europa, na cidade de Novo Progresso – PA, devidamente inscrita no CNPJ 10.221.786/0001-20, representado por seu Prefeito Municipal, **GELSON LUIZ DILL**, Brasileiro, Residente e Domiciliado neste Município de Novo Progresso – Pará, doravante denominada tão somente **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, e de outro lado, a **ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE NOVO PROGRESSO/PA — APRONOP**, inscrita no CNPJ nº23.064.561/0001-50, com sede na Rua da Apronop ,s/nº, Bairro Vista Bela Vista, Novo Progresso/PA, doravante denominada tão somente **OSC**, neste ato representado pelo seu Presidente, **MÁRIO MATTEI**, brasileiro, casado, tabelião, inscrito no CPF sob nº 347.006.840-20, domiciliado na Travessa Valdemar de Sousa, s/nº, Bairro Jardim Europa, Novo Progresso/PA, celebram o presente Termo de Fomento, em observância às disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e Lei Municipal nº 714/2024, na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

DO OBJETO

Cláusula Primeira - O objeto do presente Termo de Fomento é promover a realização do tradicional evento cultural denominado de '31ª Festa do Peão de Boiadeiro' de Novo Progresso, com a apresentação de artistas nacionais e feira de exposição agropecuária para consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho.



DO PLANO DE TRABALHO

Cláusula Segunda - Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Fomento, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

DOS RECURSOS FINANCEIROS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Cláusula Terceira - Para a execução do projeto previsto neste Termo de Fomento serão disponibilizados recursos no valor global de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais).

Cláusula Quarta - O valor a ser pago pela Administração Pública a OSC correrá a conta das seguintes dotações orçamentárias abaixo descrita:

- I. Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito.
- II. Unidade: 02010000 – Gabinete do Prefeito
- III. Função: 04 - Administração
- IV. Sub – Função: 122- Administração Geral
- V. Programa: 0003 – Governo Participativo
- VI. Projeto Atividade: 2030 – Convênio e Parceria com Entidades sem Fins Lucrativos
- VII. Elemento de Despesa: 3.3.50.43.00 – Subvenção Social
- VIII. Fonte de Recursos: Recursos não vinculados de impostos
- IX. Valor: 260.000,00

DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Cláusula Quinta - A liberação do recurso financeiro se dará em parcela única, em estrita conformidade com o Plano de Trabalho e Cronograma de Desembolso, o qual guardará consonância com as metas da parceria, ficando a liberação condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS

Cláusula Sexta - Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica em nome da OSC, isenta de tarifa bancária, na instituição financeira pública escolhida pelo Parceiro.

Parágrafo Único: Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, e sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Clausula Sétima: Os recursos referentes ao presente Termo de Fomento serão mantidos na conta corrente xxxx, Agência xxxxx, Banco xxxxxxxx.



Cláusula Oitava: No caso de conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

Clausula Nona: Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

Parágrafo Primeiro: Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

Parágrafo Segundo: É vedada a realização de transferências financeira em data posterior à da vigência deste Termo de Fomento.

DAS OBRIGAÇÕES

Clausula Décima: O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial, sendo vedado à OSC utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

Cláusula Décima Primeira- Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento, compete à Administração Pública:

- I. Efetuar o repasse total, em parcela única, após a assinatura do Termo de Fomento e publicação do Extrato do Diário Oficial, tudo em observância ao plano de trabalho;
- II. Acompanhar e fiscalizar a consecução da presente parceria, zelando pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados, que deverá ser conduzida pela Secretária Municipal de Administração e Planejamento;
- III. Comunicar à OSC quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;
- IV. Analisar os relatórios de execução do objeto;
- V. Analisar e decidir sobre a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto do presente Termo de Fomento;
- VI. Aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso;
- VII. Instaurar comissão de monitoramento e avaliação, órgão colegiado, que será responsável por monitorar e avaliar a parceria celebrada, constituída por ato publicado em meio oficial de comunicação;



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO/PA



- VIII. Designar gestor da parceria, agente público responsável pela gestão da parceria, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização. (art. 2º, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014);

Cláusula Décima Segunda - Compete a OSC:

- I. Aplicar os valores financeiros transferidos no limite da Lei nº xxxx/2025;
- II. Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento, observado o disposto na Lei nº 13.019, de 2014;
- III. Não utilizar os recursos recebidos nas despesas vedadas pelo art. 45 da Lei nº 13.019, de 2014;
- IV. Executar o plano de trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;
- V. Realizar a prestação contas à Administração Pública no encerramento da vigência do Termo de Fomento, nos termos do capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014;
- VI. Responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do plano de trabalho, conforme disposto no inciso VI do art. 11, inciso I, e §3º do art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;
- VII. Zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;
- VIII. Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Fomento em conta bancária específica, criada para este fim, inclusive os resultados de eventuais rendimentos de ativos financeiros, aplicando-os, na conformidade do plano de trabalho, exclusivamente no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
- IX. Apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014;
- X. Submeter previamente à Administração Pública qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
- XI. Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, inciso XIX, da Lei nº 13.019, de 2014;
- XII. Quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, da esfera municipal, estadual ou federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável.



DA RESPONSABILIDADE PELO VÍNCULO TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIO, FISCAL E COMERCIAL

Cláusula Décima Terceira: A O.S.C. é exclusivamente responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao seu funcionamento e ao adimplemento do termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública os respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição a sua execução.

Cláusula Décima Quarta: A inadimplência da O.S.C. em relação às obrigações previstas no item anterior não transfere a Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

Cláusula Décima Quinta – A remuneração de equipe de trabalho com recursos transferidos pela Administração Pública não gera vínculo trabalhista para este.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula Décima Sexta: A prestação de contas deverá ser feita observando-se as regras previstas na legislação aplicável, além de prazos e normas de elaboração constantes deste instrumento de parceria e do plano de trabalho.

Cláusula Décima Sétima: A prestação de contas apresentada pela OSC deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme o presente termo pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

Parágrafo Único: A O.S.C. deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da O.S.C. e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, para fins de comprovação das despesas.

Cláusula Décima Oitava: A OSC prestará contas da aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 30 (trinta) dias, contados à partir do término da vigência da parceria.

Cláusula Décima Nona: A Administração Pública analisará a prestação de contas final em até 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto.

Parágrafo Único: O disposto no **caput** não impede que a Administração Pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto.



Cláusula Vigésima - A prestação de contas poderá ser encaminhada para o Ministério Público para acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.

Em caso de não utilização total dos recursos, o saldo remanescente deverá ser ressarcido aos cofres públicos, inclusive o saldo de rendimento.

Cláusula Vigésima Primeira - Em caso de reprovação das contas, o valor do repasse deverá ser restituído na integralidade à concedente,

DA VIGÊNCIA

Cláusula Vigésima segunda - O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será vigência de 2(dois) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial.

Cláusula Vigésima Terceira - A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação fundamentada da O.S.C. por meio de Termo Aditivo, devidamente justificada e formalizada, a ser apresentada a Administração Pública, em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término da sua vigência, desde que não haja alteração de seu objeto.

DAS ALTERAÇÕES

Cláusula Vigésima Quarta - Este Termo de Fomento poderá ser alterado com as devidas justificativas, mediante Termo Aditivo e ajuste no Plano de Trabalho, devendo o respectivo pedido ser apresentado pela O.S.C à Administração Pública com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, observando-se o que dispõe o art.57 da Lei nº13.019/2014.

Cláusula Vigésima Quinta - É vedada a **alteração do objeto** do Termo de Fomento, permitida a ampliação, redução ou exclusão de metas, sem prejuízo da funcionalidade do objeto, desde que respeitados os limites legais e devidamente justificada e aprovada pela Administração Pública. devidamente justificada e aprovada pela Administração Pública e comunicada ao Poder Legislativo.

DA RESCISÃO

Cláusula Vigésima Sexta - É facultado as partes rescindirem este instrumento a qualquer tempo, delimitando as respectivas condições, sanções e responsabilidades, estipulando-se prazo mínimo de antecedência para a comunicação dessa intenção, não inferior a 30 (trinta) dias.

DO FORO

Cláusula Vigésima Sétima - Fica eleito o Foro da Comarca de Novo Progresso/Pa, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente convênio.



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO/PA



Por estarem as partes de acordo e conveniadas, assinam o presente Termo de Fomento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de 2 (duas) testemunhas.

Novo Progresso (Pa), 6 de março de 2025.

GELSON LUIZ DILL

Prefeito Municipal

MÁRIO MATTEI

Presidente da Associação dos Produtores Rurais de Novo Progresso-APRONOP

TESTEMUNHAS:

RG N°

CPF N°

RG N°

CPF N°



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO/PA



PLANO DE TRABALHO

I. DADOS CADASTRAIS

REQUERENTE: Associação dos Produtores Rurais de Novo Progresso-Pa

CNPJ: 23.064.561/0001-50

Email: apronop@gmail.com

Endereço: Rua da Apronop, s/nº, Bairro Bela Vista, Novo Progresso-Pa.

Presidente: Mário Mattei

II. ÓRGÃO

REQUERIDA: Prefeitura Municipal de Novo Progresso-Pa

CNPJ: 10.221.786/0001-20

E-mail: prefeito@novoprogresso.pa.gov.br

Endereço: Travessa Belém, nº768, Jd. Europa – Novo Progresso – Pa

Representante: Gelson Luiz Dill

III. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO

Termo de Cooperação entre Prefeitura e Associação dos Produtores Rurais de Novo Progresso-Pa, cujo objetivo é a realização da '31º Festa do Peão de Boiadeiro e Feira de Exposição Agropecuária.'

IV. PRAZO DE EXECUÇÃO

Início: 5 de junho de 2025

Término: 8 de junho de 2025

V. METAS A SEREM ATINGIDAS E PROJETOS A SEREM EXECUTADOS

META: Realização da 31º Festa do Peão de Boiadeiro e Feira de Exposição Agropecuária.

JUSTIFICATIVA: tem por finalidade fomentar a Festa do Peão de Boiadeiro e a Feira de Exposição Agropecuária de Novo Progresso/PA – EXPONP, evento tradicional em



nossa cidade e região e se justifica porque há interesse público envolvido, posto que fomenta o agronegócio, o comércio local e proporciona lazer e entretenimento à população, estando a festa inserida no calendário de eventos culturais municipais.

Na sexta-feira do evento as portarias estarão liberadas ao público em geral.

VI. ETAPAS E FASE DE EXECUÇÃO

- 1- Aprovação da Lei que estabelece o vínculo jurídico;
- 2- Elaboração e assinatura do termo;
- 3- Aplicação dos recursos para realização das contratações apontadas;
- 4- Apuração dos gastos e repasse à Associação dos Produtores Rurais de Novo Progresso-Pa;
- 5- Relatório Final.

VII. PLANO DE APLICAÇÃO

REPASSE: R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), a ser repassado em parcela única.

DESTINAÇÃO: Aponta-se que a destinação dos recursos será realizada conforme as indicações abaixo elencadas:

DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	VALOR DO REPASSE CONVÊNIO
CONTRATAÇÃO DA COMPANHIA DO RODEIO	R\$ 260.000,00	R\$260.000,00

VIII. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Desembolso em parcela única, a ser depositada em conta específica criada para este fim.

IX. PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas deverá ser realizada em parcela única com a comprovação de despesas realizadas.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 23.064.561/0001-50
Razão
Social: ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DE NOVO PROGRESSO
Endereço: RUA MEDIANEIRA SN / CENTRO / NOVO PROGRESSO / PA / 68193-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/03/2025 a 08/04/2025

Certificação Número: 2025031021030263310712

Informação obtida em 12/03/2025 09:11:22

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br